

NOTA DE REPÚDIO – PRONATEC

O SINASEFE Natal e o SINTEST/RN, pelas razões que seguem, externam seu veemente repúdio a continuidade das aulas do PRONATEC no IFRN durante o período de greve.

1. A manutenção das aulas do PRONATEC durante a greve que se inicia e a suspensão das aulas das disciplinas dos alunos regulares se configura como um ato de profundo desrespeito para com a categoria discente do IFRN. Essa deliberação quebra o princípio da isonomia e cria duas qualidades de alunos nos campos do IFRN: aqueles que são afetados pelo movimento grevista (os alunos dos cursos regulares) e os que não são afetados por esse mesmo movimento (os alunos dos cursos de curta duração do PRONATEC). Tal medida é incompatível com a coerência política da categoria e com a responsabilidade ética de uma instituição centenária que sempre prezou pela manutenção da qualidade socialmente referenciada do seu ensino.

2. O PRONATEC formatado a partir de projetos de governos anteriores ao PT-gestão (como os de FHC) e que foram objeto de intensos combates e críticas no tempo do PT-sindicato, não é um programa que se adequa ao Projeto Político e Pedagógico de nossa instituição, tendo em vista que fere a ideia fundamental de ensino integrado que é um dos pilares dos princípios emancipatórios e socialmente responsáveis que ajudaram a construir a credibilidade de nossa instituição. Sua implantação constitui-se como um retrocesso perigoso no que diz respeito aos avanços conquistados após as discussões e a consolidação de um projeto político e pedagógico em nosso instituto que prime pela qualidade social, pública, gratuita e de abrangência das práticas educacionais.

3. O PRONATEC vem sendo comparado a programas privatizantes, como o PLANFOR nos anos de 1990, que comprometem a qualidade social da educação. Inclusive instituições de respaldo e de renome nacional, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, afirmam em nota de moção que o Programa trata-se de uma iniciativa que provoca uma intensificação, precarização e fragmentação do trabalho docente nas redes públicas de educação, inclusive, com a concessão de bolsas de remuneração adicional para o trabalho nas atividades (34ª reunião da ANPED, 2011).

4. Essa realidade se evidencia em momentos como os de greve, em que os profissionais envolvidos no Programa são orientados a não paralisarem as suas atividades, sob o argumento de que recebem o fomento do Programa e, portanto, não podem suspender as atividades concernentes ao PRONATEC, entre outras.

5. Ainda sobre esta particularidade, repudiamos qualquer tentativa de pressão no IFRN em forçar os servidores a permanecer dando aulas no PRONATEC por meio de ameaças de corte de bolsas, de desligamento dos membros do programa a

partir da ameaça da convocação de professores externos para ministrar as aulas do programa durante a greve, em um flagrante movimento no sentido de implementar-se, além da precarização – conforme explicita a moção da ANPED - numa terceirização didático-pedagógica que compromete, desqualifica e desrespeita o trabalho dos servidores do IFRN.

6. Em vez de reforçar a implementação de uma política de cunho privatizante e de concessão de bolsas provisórias, como fomenta o PRONATEC, defendemos que a política nacional de expansão dos Institutos Federais seja protagonizada por meio da melhoria, consolidação e expansão das ações em desenvolvimento, como o ensino médio integrado, cursos subsequentes, de graduação – tecnologias e licenciaturas – e de pós-graduação, bem como da valorização, carreira e melhoria das condições de trabalho dos profissionais que integram a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Convocamos, a partir dessa nota de repúdio, técnicos, alunos e professores do IFRN a repudiar as deliberações no sentido da manutenção das aulas no PRONATEC durante a greve. Entendemos que essa opção enfraquece o movimento paredista, contribui para a fissura da unidade sindical e aprofunda a criação de duas subcategorias, tanto de alunos quanto de servidores (os que estão dentro e os que estão fora do PRONATEC), reforçando ainda mais o discurso de um governo que não se mostra engajado na melhoria das condições de trabalho e ensino no âmbito da rede federal, e se preocupa tão somente em produzir estatísticas por meio de programas que ferem os princípios fundamentais de uma educação ampla, emancipatória e socialmente referendada.

Não podemos permitir que medidas como essa venham a comprometer nossa luta por uma educação de qualidade no Brasil.